

BOLETIM 52

Brasília, 28 de janeiro de 2016

Em seu primeiro encontro, Conselhão discutirá política econômica

A presidenta Dilma Rousseff escalou seus principais auxiliares da área econômica para discursar hoje (28), na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho. Embora a intenção do governo seja ouvir as sugestões dos conselheiros, o formato da primeira reunião, após a reativação do órgão, prevê que pelo menos cinco ministros façam apresentações, além da própria presidenta.

Com o objetivo de ouvir primeiramente as exposições dos ministros e as vozes dos membros do Conselho, que será formado por 90 representantes da sociedade civil, do empresariado e de centrais sindicais, a presidenta será a última a falar. Esta será a primeira reunião do órgão após sua reativação, pois o grupo não se reúne desde julho de 2014. O discurso de Nelson Barbosa, titular da Fazenda, é o mais aguardado devido à possibilidade de anunciar medidas econômicas para salvar o país do momento de retração atual.

Preparativos

A presidente se reuniu com oito ministros para discutir os preparativos para a reunião, entre eles, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Ela pediu que o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,



Ministro Nelson Barbosa fará exposição ao Conselho

Armando Monteiro Neto, dê as linhas gerais sobre ações que o governo pretende concentrar este ano no âmbito das exportações, no intuito de retomar a economia. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Valdir Simão, falará aos conselheiros sobre a reforma administrativa que vem sendo conduzida pelo governo para eliminar gastos públicos. Também estão previstas as falas da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, e do ministro da Saúde, Marcelo Castro, que prepara material sobre o combate ao mosquito transmissor do vírus Zika, que pode causar microcefalia em bebês.

Temas como a reforma da Previdência e a possibilidade de uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia para empréstimo consignado de trabalhadores poderão ser propostos por Nelson Barbosa como temas a serem discutidos no colegiado. Ele também pretende fazer um balanço da sua participação na semana passada no Fórum Econômico Mundial, na Suíça. A ideia é que após o encontro desta quinta, o Conselho crie grupos temáticos para receber as colaborações de forma mais sistematizada.



Na próxima terça-feira, o ministro da Fazenda participa da primeira reunião do ano do governo com os líderes da base aliada na Câmara. O objetivo é conversar com os deputados sobre os temas discutidos no Conselhão, fazendo um apelo para que se empenhem na aprovação de propostas que estão em análise no Congresso Nacional como a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite o uso livre de parte da arrecadação pelo Executivo, e o projeto que trata da taxação de bens de capital.

A ampliação do comércio exterior brasileiro, com a desvalorização do real, será o enfoque da intervenção de Armando Monteiro. O ministro deverá apresentar o que está sendo feito pelo Brasil para ampliar os mercados e eliminar as chamadas barreiras não tarifárias em acordos comerciais em andamento. Durante a reunião de ontem, também ficou definido que o ex-presidente do PCdoB Renato Rabelo será o secretário executivo do Conselhão.

Fonte: Agência Brasil

Crise continua afetando custo da construção

O Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M) iniciou o ano em alta ao atingir, neste mês de janeiro, variação de 0,32%, ficando acima do registrado em dezembro passado (0,12%). Houve elevações tanto no grupo de materiais, equipamentos e serviços, que subiu de 0,23% para 0,52%, quanto no índice referente à mão de obra, que passou de 0,02% para 0,15%.

Esses resultados referem-se à coleta de preços no período de 21 de dezembro de 2015 ao último dia 20. O INCC-M é calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No acumulado dos últimos 12 meses, o índice registra aumento de 6,82%. A taxa relativa a materiais, equipamentos e serviços acumulou elevação de 6,55% e a mão de obra, de 7,06%.

Neste mês de janeiro, o custo da mão de obra foi influenciado pelo reajuste salarial do Recife e as antecipações em Salvador. Das sete capitais onde é feita a pesquisa, apenas o Rio de Janeiro apresentou queda no ritmo de reajuste, com alta de 0,2% ante 0,23%.

Em Salvador, o índice subiu 0,61%, depois de uma estabilidade em dezembro. No Recife, a taxa passou de 0,02% para 1,13%; em Brasília, de 0,13% para 0,17%; em Belo Horizonte, de 0,13% para 0,27%; em Porto Alegre, de 0,2% para 0,31%, e em São Paulo, de 0,11% para 0,25%.

Fonte: Agência Brasil

OIT: em 2017, Brasil pode ter quase 1 em cada 5 novos desempregados do mundo

Quase um em cada cinco novos desempregados do mundo em 2016 e 2017 virá do Brasil. A estimativa é da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que em seu mais recente relatório sobre empregabilidade, divulgado na terça-feira (19/01), acredita que 700 mil brasileiros se somarão ao contingente de



desempregados até o ano que vem, de um total que pode chegar a 3,4 milhões de pessoas ao redor do planeta.

O país é citado diversas vezes no documento como exemplo de mercado de trabalho em apuros. Segundo a OIT, economias emergentes como a brasileira serão as que mais sofrerão com o desemprego em 2016.

Em meio à crise econômica e à recessão, a sangria no mercado de trabalho do Brasil já foi sentida em 2015: nos 12 meses até novembro, foram perdidas cerca de 1,5 milhão de vagas formais no país.

A China, que acaba de divulgar seu menor índice de crescimento em 25 anos, por exemplo, terá 800 mil desempregados a mais nos próximos dois anos. A desaceleração do país – que é um grande exportador e também grande comprador de matéria-prima, inclusive do Brasil – é um dos principais fatores por trás do recuo no emprego global, segundo a OIT.

A entidade chama a atenção também para a possibilidade de uma acentuação do desemprego caso países emergentes adotem medidas de austeridade – pelos cálculos da OIT, isso poderia criar um contingente extra de 2 milhões de desempregados, inclusive no Brasil.

Mas a organização também cita como causas do desemprego a freada em investimentos de longo prazo, a diminuição nas populações economicamente ativas e os grandes níveis de desigualdade social ao redor do mundo.

“O ambiente econômico instável, associado a fluxos de capital voláteis, a mercados financeiros ainda disfuncionais e à escassez de demanda global continuam a afetar as empresas e a desencorajar o investimento e a criação de empregos”, explica Raymond Torres, diretor do

Departamento de Pesquisa da OIT, em comunicado do órgão.

Índices

Para a OIT, o desemprego no Brasil será de 7,7% em 2016 e 7,6% em 2017 – índices abaixo da União Europeia (na casa de 9%), mas acima de China, Índia e Rússia. A média geral dos países emergentes ficará abaixo de 6% na projeções da OIT.

A entidade menciona o impacto da desaceleração chinesa na economia brasileira sob a forma da redução na demanda por commodities, que de acordo com as mais recentes estatísticas oficiais derrubou em 13% as exportações para o país asiático, o principal parceiro comercial brasileiro desde 2009.

O Brasil também aparece de forma negativa em um ranking da OIT sobre vulnerabilidade empregatícia – índice que inclui, por exemplo, os trabalhadores autônomos. Com uma taxa de 24%, o país tem um dos piores desempenhos entre as grandes economias: apenas China e Índia, cujas populações são pelo menos cinco vezes maiores que a brasileira, apresentam índices de vulnerabilidade mais acentuados.

A OIT vê um quadro de fraqueza estrutural a longo prazo e estima que, desde 2007, o número mundial de desempregados tenha crescido pelo menos em 27 milhões de pessoas, impulsionado pela grande crise financeira global de 2008-09.

De acordo com a entidade, o número total de desempregados no mundo ultrapassará a marca de 200 milhões de pessoas até 2017. E pelo menos 1,5 bilhão de pessoas está em situação de emprego vulnerável.

Fonte: BBC Brasil



Bancos fecharam quase 10 mil postos de trabalho em 2015

Os bancos fecharam quase 10 mil postos de trabalho (9.886) em 2015, segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) em parceria com o Dieese. O total é quase duas vezes maior do que o ano anterior (5.004). O estudo mostra que a rotatividade de mão de obra segue alta no setor: durante o ano, foram 29.889 admissões e 39.775 demissões. Esse processo também inclui redução de rendimentos: o salário médio de quem foi contratado (R\$ 3.550,19) é 43,7% menor do que o dos demitidos (R\$ 6.308,10).

Os chamados bancos múltiplos com carteira comercial, que reúne as principais instituições (Itaú, Bradesco, Santander, HSBC e Banco do Brasil) eliminar 7.248 postos de trabalho. Na Caixa Econômica Federal, foram mais 2.497. O pior mês do ano foi julho (-3.069 vagas),

com influência, de programas de incentivo à aposentadoria no BB e na Caixa.

"É uma falta de compromisso muito grande para com a sociedade. O setor que mais ganhou deveria estar contribuindo mais para a retomada do crescimento e da distribuição de renda", afirmou o presidente da confederação, Roberto von der Osten.

Das 27 unidades da federação, 22 tiveram redução de emprego, com destaque para São Paulo (-2.835), Rio de Janeiro (-1.515) e Rio Grande do Sul (-1.088). Entre os estados com saldo positivo, o Pará teve criação de 115 vagas.

O estado com maior saldo positivo foi o Pará, com geração de 115 novos postos de trabalho, seguido pelo Mato Grosso, com 41 novos postos no período.

Mais uma vez, a pesquisa mostra diferença de ganhos entre homens e mulheres. As admitidas em 2015 tinham, em média, salário 19,2% menor que o dos contratados.

Fonte: Rede Brasil Atual

Senado vai analisar redução do horário para descanso laboral

Redução do horário para descanso dos trabalhadores será analisada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal. Atualmente o intervalo para quem trabalha oito horas deve ser de pelo menos sessenta minutos. O objetivo do projeto (PLS 08/2014) é permitir que os funcionários possam sair mais cedo do trabalho.



Segundo autor do projeto, senador Blairo Maggi (PR-MT), além de atender a uma demanda antiga dos trabalhadores, o projeto vai reduzir custos de manutenção das empresas.

Fonte: Agência Senado

Comissão da Câmara aprova projeto que inclui idosos no Prouni e Pronatec

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta para incluir as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos entre os beneficiários do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A medida está prevista no Projeto de Lei 601/15, da deputada Conceição Sampaio (PP-AM). A expectativa, segundo a autora, é aumentar a oferta de cursos profissionalizantes para os idosos, “aproveitando seus potenciais e habilidades em atividades remuneradas”.

Relator da matéria, o deputado Roney Nemer (PMDB-DF) observa que a falta de vagas para idosos em universidades é um dos impasses à universalização do conhecimento nessa faixa etária, um dos objetivos da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94).

Hoje o programa oferece bolsas integrais e parciais (50%) em universidades privadas a estudantes sem diploma de nível superior.

O texto também garante aos trabalhadores idosos prioridade de inscrição nos cursos oferecidos pelo Pronatec. Para tanto, é preciso

haver vagas disponíveis que não foram ocupadas por outras pessoas com prioridade, como estudantes do ensino médio da rede pública, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e demais trabalhadores.

A proposta ainda será analisada de forma conclusiva pelas comissões de Educação; de Trabalho; de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Projeto aprovado prevê informação sobre raça em registros trabalhistas

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou projeto, do deputado Vicentinho (PT-SP), que obriga os empregadores do setor público e privado a incluir nos registros administrativos assinados pelos seus empregados um campo para que possam se classificar segundo o segmento étnico e racial a que pertencem (PL 7720/10).

A proposta altera o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10). Segundo o texto, o trabalhador definirá a raça a que se acha pertencente nos seguintes formulários:

- de admissão e demissão no emprego e de acidente de trabalho;
- de inscrição de segurados e dependentes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);



- de registro feito no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Relator da matéria, o deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) defendeu a medida na forma de substitutivo aprovado na Comissão de Trabalho. A versão aprovada obriga o IBGE a realizar, a cada cinco anos, censo para identificar a participação de cada grupo étnico-racial empregado no setor público. As informações serão usadas na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).

A PNPIR foi instituída pelo Estatuto da Igualdade Racial. Seu objetivo é reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra.

O projeto do deputado Vicentinho não faz menção expressa ao IBGE nem determina que os dados colhidos vão embasar as políticas do PNPIR.

O projeto tramita em caráter conclusivo e já foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Agora, será examinado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Pedido de demissão de trabalhador analfabeto é anulado

O pedido de demissão feito por um trabalhador analfabeto funcional, de Curitiba, foi anulado pela 6ª Turma do TRT-PR. O Colegiado entendeu que a solicitação de rescisão, por ser um documento escrito apresentado por um cidadão sem condições de ler e interpretar

adequadamente textos simples, não tem validade. A dispensa foi revertida para a modalidade sem justa causa e o empregado deverá receber as verbas rescisórias.

A empresa responsabilizada é a Anunciação Serviços Ambientais S.A., que presta serviços para a Companhia Paranaense de Energia (Copel), condenada subsidiariamente no caso.

O Colegiado destacou ainda que o empregado atuava na empresa há mais de um ano e, nesse caso, conforme prevê a legislação trabalhista, o pedido de demissão é válido apenas com a assistência do sindicato ou perante autoridades do Ministério do Trabalho, o que não ocorreu.

Processo nº 26852-2014-011-09-00.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)